

CELSO CUNHA, O NÃO-GRAMÁTICO

Ivo Castro
Fac. Letras de Lisboa

Celso Cunha passou a vida a ler livros, a escrever livros, a ensinar e a conversar. Ler foi certamente o maior dos seus prazeres. Usava para isso as noites, metodicamente, desde o fecho da televisão até ao café da manhã. A sua lendária biblioteca de mais de 30 mil livros gabava-se de ter sido toda lida pelo dono, ainda que pouco anotada. Explicava Celso Cunha que não anotava os livros porque tinha memória suficiente para guardar os factos que lhe poderiam vir a interessar como referência futura. Era verdade isso e muitas anedotas o corroboram, como a de telefonar de Paris para casa, no Rio, pedindo que lhe confirmassem uma citação e indicando página, livro, prateleira e estante onde ela estava.

Mas suspeito que, principalmente, não anotava os livros para não reduzir o seu valor bibliográfico, que se empenhava em realçar com encadernações primorosas, usando peles compradas por atacado na Argentina e folhas de ouro trazidas de Paris. Tinha todos os vícios do bibliófilo vorazmente aquisitivo e coleccionista, e tinha todas as virtudes redentoras do sábio que sabe que livros, afinal, são para ler e para aproveitar. Aproveitava-os, naturalmente, para a sua própria produção científica e para o ensino.

Qualquer página que tenha escrito exhibe as marcas muito pessoais de um estilo tenuemente oitocentista e de uma organização do discurso em que a argumentação e o desenvolvimento do raciocínio se fazem através de sempre elegantes montagens de citações, dispostas de modo a apontar, no remate, para uma única conclusão possível, que Celso Cunha nem precisava de defender ou afirmar, convencido que estava de que todo o trabalho de demonstração ficara feito pelas vozes que convocara em seu apoio.

Não era homem que batesse na mesa para reforçar as suas palavras, nem que tentasse dizer de modo novo aquilo que considerava definitivamente formulado por outros. Era enorme o seu respeito pelas opiniões alheias, mas nunca o concedia automaticamente.

Ler os seus livros pouco diferente era de ouvir as suas aulas. Escrevia-as e lia-as, sem recurso a qualquer processo dramático que fizesse a ponte com o público e, obviamente, a leste de qualquer moderna técnica de gestão do tempo e do espaço pedagógico. Essas aulas, algumas vezes, viriam a aparecer mais tarde sob a forma

de artigo: textos em gestação prolongada eram desse modo ensaiados perante os auditores, sendo menor o empenho em testar as reacções destes do que em ponderar o equilíbrio interno das partes e a sutileza das relações. Aula, para Celso Cunha, parecia exercício vagamente penoso, decorrendo necessariamente à tarde, porque a manhã era para dormir. Mas era sobretudo um acto reverencial: Celso Cunha seria um dos raros professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro que punha fato completo escuro e gravata para ir ler a sua aula.

E que contraste tudo isto fazia com as suas conversas! Que contraste entre este leitor nocturno, *doublé* de escritor castigado e professor convencionalíssimo, e o conversador de longo curso, capaz de manter unida uma roda de amigos até ao fim da noite, desenrolando histórias, rodando o dedo entre o gelo do copo de *whisky*, enquanto distribuía gemas de informação dignas de um seminário.

Sem essas sessões de conversa, de que saíamos infalivelmente enriquecidos, não se poderia compreender o ascendente que Celso Cunha exerceu sobre gerações de amigos, quer no Brasil, quer nas diversas cidades europeias que visitava todos os anos, com paragem obrigatória em Lisboa. Era durante essas conversas que se revelava verdadeiramente como extraordinário professor e homem de ciência. A sua irrepetibilidade, associada à escassez de ficheiros ou arquivos em que tivesse preservado materiais e estudos preparatórios para os seus projectos ("Se um dia perco a memória, estou perdido", disse uma vez), obriga-nos a fazer uma pergunta: o que, de Celso Cunha, vai permanecer?

Descontada a memória deixada nos amigos, bem esse que se elaborará em forma de lenda e se consumirá com o tempo, parece-me que de Celso Cunha duas coisas vão seguramente permanecer: a sua biblioteca e os trabalhos que escreveu. Os seus livros e os seus livros.

Os livros da sua biblioteca – com que se pode fazer a pesquisa bibliográfica para várias teses de doutoramento – interessarão no futuro sobretudo aos membros e visitantes da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde ela se instalará. A todas as outras pessoas, é natural que digam mais respeito os livros que Celso Cunha escreveu e os percursos de leitura que eles irão futuramente sugerir, tendo em conta que nenhum representa a síntese do que ele pensava e sabia. A maturidade, bem cedo adquirida por Celso Cunha, não deu mostras de se traduzir em tratados englobantes e sistemáticos, embora dispusesse de todos os talentos requeridos por esse género difícil e os exibisse nas suas monumentais gramáticas. Ao contrário, cada vez desenvolvia mais o gosto pelo exame minucioso de pequenos problemas com grandes implicações, como o ritmo correcto de um verso renascentista ou o valor de uma vogal em posição de rima, ou a evolução de sentido de uma palavra; problemas em que é necessário investir uma grande variedade de saberes e que só escapam à condição de ninharias, se o filólogo puder, ou melhor, souber mostrar a sua relevância em planos mais elevados.

"Realmente, o que gosto de fazer é microfilologia", confessava este homem por cujas gramáticas milhões de brasileiros e milhares de portugueses aprendem a conhecer a língua comum.

Que sentidos poderemos, no futuro, atribuir à obra de Celso Cunha, já que ele não nos ajudou com uma sùmula sintética, lapidar e facilmente referenciável? Avanço uma proposta, baseada em parte no que ele costumava dizer e no modo como reagia a acontecimentos e a afirmações alheias.

Poderia ter escrito um tratado de versificação medieval e renascentista portuguesas, para o que era indiscutivelmente a pessoa melhor colocada da actualidade, não só pela colecção de livros da especialidade que reuniu, e que leu, como pelos trabalhos monográficos que produziu nesse domínio e que se acham publicados, alguns repetidamente, nos *Estudos de versificação portuguesa (séculos XIII a XVI)*, que saíram em Paris em 1982, e ainda em *Língua e verso*, de que saíram três edições sucessivamente ampliadas (Rio, 1963 e 1968, Lisboa 1984).

A lírica galego-portuguesa, Bernardim Ribeiro, Gil Vicente e Camões são os principais territórios textuais percorridos em minuciosíssimas análises métricas, rítmicas e fonológicas, que conduzem à aquisição de novos conhecimentos sobre a língua como instrumento dos poetas e também sobre o trabalho dos próprios poetas. No prefácio ao livro de Manuel Pedro Ferreira *O som de Martin Codax* (Lisboa, 1986), entusiasma-se com a prova musicológica, aí oferecida, de que "as infringências de Codax às regras formais" da versificação galego-portuguesa não só não eram erros a emendar, como ele próprio supusera na sua edição crítica (*O cancionero de Martin Codax*, Rio, 1956), mas eram com toda a probabilidade deliberados traços estilísticos a preservar e a valorizar. Tornarei a falar deste seu interesse por desvios à norma.

Celso Cunha poderia, também, ter escrito o grande manual de crítica textual portuguesa que sempre nos faltou. "Não faremos injustiça a ninguém se afirmarmos que, ao contrário dos historiadores, os filólogos e os estudiosos da literatura, portugueses e brasileiros, só muito recentemente começaram a mostrar interesse pelos problemas reais da crítica textual", afirmava em 1982, no prefácio aos *Estudos de versificação portuguesa*. Autor ele mesmo de três edições críticas, a de Martin Codax acima referida e ainda *O cancionero de Paay Gómez Charinho* (Rio, 1945) e *O cancionero de Joan Zorro* (Rio, 1949), que lhe serviram de teses académicas, sabia perfeitamente que a nobreza da crítica textual se encontra naqueles momentos em que o editor vê à transparência do texto as verdades que ninguém ainda descobrira, assim como os erros que parecia não ter.

Momentos desses teve-os repetidamente e numerosos artigos e comentários são documento, hoje, da sua finura de leitor crítico. Mas sabia igualmente que o direito do editor a emendar um texto levanta questões delicadas quanto ao estatuto do próprio texto, à autoridade do autor e à humildade necessária do editor, que são pasto de um permanente debate teórico e metodológico: o seu insaciável desejo de

estar a par de todos os desenvolvimentos desse debate levava-o mesmo, nos últimos anos, a aventurar-se por áreas que lhe eram pouco familiares, como as literaturas de língua inglesa.

Era-lhe caro o conceito de "movência do texto", que desaconselha a busca da forma fixa que um texto possivelmente teve nas mãos do seu autor, preferindo-lhe os percursos e os ritmos da mudança que esse texto foi sofrendo ao longo de um período de transmissão ou de leitura (*Significância e movência na poesia trovadoresca*, Rio, 1985).

Não lhe escapava a necessidade de conciliar de alguma forma o antagonismo latente nestas posições teóricas. Quando diz, no mesmo livro, que "sob certos aspectos, o filólogo é o guardião da fidelidade das obras do passado", enquanto, "sob outros, vive a fruir o prazer de desvendar as intenções do autor", pode suspeitar-se que esta segunda intenção fosse para ele a mais excitante: Codax podia ter fugido às regras, mas fizera-o intencionalmente; por isso, o crítico textual não o emenda, mas interroga-se sobre as suas motivações e saboreia-as.

Esta imagem do filólogo apreciador da modificação intersticial, da irregularidade medida, do palpitar do texto vivo, derrama-se sem necessidade de adaptações sobre os outros campos que Celso Cunha percorreu, e que agora evoco com mais rapidez. A língua portuguesa interessou-lhe no seu aspecto evolutivo, como facilmente se depreende de tudo o que já disse, mas também na sua situação actual. Talvez mais esta que aquela: de facto, Celso Cunha foi um historiador da língua potencial, tendo meditado e preparado longamente, mas não escrito, uma grande História da Língua Portuguesa no Brasil, em que tentaria explicar o fenómeno de uma colonização portuguesa demograficamente débil ter implantado a sua língua, praticamente sem compartilha, sobre um vastíssimo território.

Os crioulos de base portuguesa interessaram-lhe, naturalmente, como ingrediente superado da variedade brasileira do português e também como outro dos resultados da existência extra-européia da nossa língua, tendo-lhes dedicado um livro de belo título: *Língua, nação, alienação* (Rio, 1981).

Mas a sua actividade deu mais produtos visíveis na área da situação actual da língua, quer definindo e coordenando a descrição da variante nacional brasileira do português, através do projecto NURC (*A questão da norma culta brasileira*, Rio, 1985; *Língua portuguesa e realidade brasileira*, Rio, 1968, 8ª edição 1982; *Que é um brasileiro*, Rio, 1987); quer discutindo as orientações da investigação e do ensino da língua falada em país largamente analfabeto, com perspectivas que não podem deixar de ser tidas em conta quer para a defesa da nossa língua em Portugal, quer nos países africanos que a têm como língua oficial e, por vezes, como língua primeira (*Uma política do idioma*, Rio, 1964; 5ª edição 1984); quer produzindo manuais escolares e gramáticas, que tiveram grande influência no ensino secundário brasileiro.

Destacam-se a *Gramática da língua portuguesa*, publicada pelo Ministério da Educação (1ª edição Rio, 1972), a *Gramática do Português Contemporâneo* (1ª edição Belo Horizonte, 1970), de que emanaria a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, escrita em colaboração com Lindley Cintra e publicada simultaneamente em Lisboa e no Rio, em 1984, e ainda uma colaboração com Wilton Cardoso: *Estilística e Gramática Histórica* (Rio, 1978).

Todos estes trabalhos são percorridos por algumas idéias comuns, robustamente definidoras do pensamento de Celso Cunha, tal como provalmente sobreviverá.

Uma delas é a do condomínio da língua: "Podemos dizer que dos portugueses dos séculos XVI e XVII uma parte ficou em Portugal e outra se foi para longes terras, entre elas as receptivas terras da América. Logo, os portugueses que nos cederam o idioma foram os que para cá se transportaram. Teriam os colonizadores perdido a propriedade da língua por se haverem expatriado? Ou por acaso seus filhos, nascidos em terra americana, falavam uma língua que, sendo a de seus pais e a que haviam aprendido com o leite das suas mães, não lhes era mais própria porque a sua propriedade a tiveram registrada os que permaneceram em Portugal? E os filhos dos primeiros crioulos não falavam também uma língua própria, pois que falavam a língua de seus pais? Chega-se assim à evidência de que para a geração actual de brasileiros, de guineenses, de cabo-verdianos, angolanos, moçambicanos, etc., o português é uma língua tão própria, exactamente tão própria, como para os portugueses" (*Uma política do idioma*, p. 43).

Este condomínio não implica a igualização forçada das partes, mas antes a preservação de uma "unidade superior da língua portuguesa dentro da sua natural diversidade". Tal deverá ser buscado através de instrumentos de harmonização, como um acordo ortográfico de unificação moderada segundo o modelo de 1975 (retomado no acordo de 1991) e um vocabulário científico e técnico comuns, mas sobretudo deverá ser procurado através da investigação e do ensino.

A investigação linguística deverá determinar "o que, no domínio de uma língua ou de uma área dela, é de emprego obrigatório, o que é facultativo, o que é tolerável, o que é grosseiro, o que é inadmissível" (*Língua portuguesa e realidade brasileira*, p.39). Ou seja, deverá enfrentar o problema da correcção, e portanto, o problema da estruturação e da inter-relação de níveis dentro das várias sociedades, já que Celso Cunha nunca cometeria o anacronismo de sentar "correcção" e "purismo" à mesma mesa.

Por outro lado, importa que "o ensino da língua comum se torne eficaz em todos os graus e, assim, possamos um dia traçar em bases exequíveis, porque científicas, o plano de trazer à plenitude produtiva esta imensa população de analfabetos que ainda povoam o vasto domínio territorial de Portugal e do Brasil".

Para isso, já sabemos, a arma preferida de Celso Cunha foi a montanha de gramáticas que escreveu, no cume da qual se acha instalada a *Nova gramática do português contemporâneo*. Esta gramática é normativa, isto é, procura não deixar qualquer dúvida ao leitor sobre o grau de obrigatoriedade, facultatividade ou inadmissibilidade de determinada forma ou construção. Mas não toma para critério desses juízos nem a norma padrão brasileira, como acontecia nas gramáticas anteriores, nem a norma padrão portuguesa: em vez disso, toma por campo *todas* as variantes da língua portuguesa, o que obriga a ter especial cuidado com os pontos em que entre elas se registram divergências, preceituando diversamente para cada variedade. São para isso determinantes as exemplificações, recolhidas em escritores brasileiros, portugueses e africanos, pois elas fornecem o principal critério da aceitação de determinada forma. Contra certos receios, verificou-se na prática que pouca ou nenhuma dificuldade resulta de uma gramática normativa que promove, ao mesmo tempo e em igualdade, normas relativamente diversas e que se acham em processo normal de diversificação. Se considerarmos, em termos tradicionais, que uma gramática normativa emite directivas unidireccionais, então esta será uma não-gramática.

Não vai isso a carácter com o que sabemos de Celso Cunha? Esta "não-gramática" foi, há tempos, protagonista de um episódio significativo. Um escritor português, que andava com dúvidas quanto à correcção de uma construção sintáctica, resolveu consultar a *Nova Gramática*, a qual o tranquilizou, pois registrava e aceitava exactamente a forma em dúvida. Com o pequeno senão de o fazer apoiada em autoridade única: uma citação do próprio autor que a consultava.

Esta história de aceitabilidade tangencial, que Celso Cunha não chegou a ouvir, ter-lhe-ia certamente dado tanto prazer quanto as "infringências" de Codax.

A arte e a vida "que merece ser vivida" podem balançar-se sobre os limites da norma, e ganhar com isso.

Afinal, Celso Cunha tornou-se linguista por desvio: destinado a advogado, interessou-se por certos aspectos do viver marginal e escreveu, a propósito, o artigo intitulado. "Em torno dos conceitos de gíria e de calão". Foi o seu primeiro artigo. Era 1941. Depois, sabemos como passou a vida.
